

Memórias Urbanas: a Campanha da Legalidade e a Ditadura Civil-Militar em Porto Alegre

Urban Memories: the Legality Campaign and the Civil-Military Dictatorship in Porto Alegre

Andrey Kevin Argenti da Silva,¹ UFRGS

Resumo

O artigo, desenvolvido na disciplina de Estágio de Docência em História da UFRGS, analisa Porto Alegre como agente histórico e político na construção do espaço urbano, focando nas obras da Campanha da Legalidade e da Ditadura Civil-Militar. Contrapõe o ensino tradicional, destacando o potencial pedagógico de saídas de campo para compreender disputas narrativas e memórias impregnadas nas ruas da cidade. Discute como órgãos públicos escolhem patrimonializar ou silenciar memórias históricas, ressaltando a diversidade de interpretações dos transeuntes sobre a cidade e a importância dessas narrativas na vida pública.

Palavras-Chaves: Cidade; Legalidade; Ditadura; Patrimônio; Ensino.

Abstract

The article, developed within the Teaching Internship in History course at UFRGS, examines Porto Alegre as a historical and political agent in the construction of urban space, focusing on works associated with the Campaign for Legality and the Civil-Military Dictatorship. It critiques traditional teaching methods, emphasizing the pedagogical value of field trips in understanding narrative disputes and the memories embedded in the city's streets. The article further explores how public institutions choose to either preserve or silence historical memories, highlighting the diverse interpretations of passersby and the significance of these narratives in shaping public life.

Keywords: City; Legality; Dictatorship; Heritage; Education.

Introdução

As acinzentadas ruas da cidade de Porto Alegre, envoltas de uma densa neblina melancólica de um eterno entardecer pluvial, é nesta neutralidade que se encontram os monumentos e edifícios que carregam uma plural memória histórica, social e cultural da historiografia gaúcha e nacional, culminando na patrimonialização dessas obras. Conforme os valores sócio-políticos, período histórico e singularidades, determinados grupos compreendem sua identidade e legado enquanto uma sociedade e constituintes de um Estado-nação. Logo, nesse processo fundamenta-se a concepção patrimonial hegemônica inserida na capital do Rio Grande do Sul, ou seja, de notabilizarem-se as figuras gravadas em mármore, além de configurar a classe social pertencente e temporalidade histórica a ela relativa, disseminadas no espaço cultural urbano.

¹ Graduando de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A cidade também se configura como um agente ativo politicamente, que detém um posicionamento ideológico alinhado a certos setores da administração pública estadual, perpetuando uma herança por muitas vezes relacionada a um passado ufanista reacionário, associado a sujeitos políticos e militares do Brasil Império, os monumentalizando/patrimonializando. Em contrapartida, o espaço urbano também apresenta-se como disseminador do conhecimento, frente a uma perspectiva pedagogicamente enclausuradora das quatro paredes das salas de aulas das instituições públicas e privadas. Deste modo, o presente artigo tem por objetivo expandir a visão de mundo dos estudantes secundaristas, graduandos e os cidadãos gaúchos acerca da Cidade de Porto Alegre enquanto um agente histórico e social da Campanha da Legalidade instituída pelo ex-governador Leonel de Moura Brizola no ano de 1961, e da memória da Ditadura Civil Militar de 1964-1985 a partir da patrimonialização histórica. O artigo procura quebrar o paradigma de conhecimento dentro das salas de aula, ao apresentar ao leitor as mazelas perpetuadas e (as não) monumentalizadas inseridas no silenciamento dos transeuntes do espaço urbano da cidade.

A Ritmanálise da Cidade

Encoberta por camadas espessas de poluição, num intenso conflito de fisgar a atenção do transeunte em propagandas de marketing em fachadas de enormes edifícios comerciais, permeada por estrondosos e múltiplos ruídos sonoros de diversos gêneros, encontra-se a cidade, cenário cotidiano dos sujeitos que a compõem. A configuração da cidade como conhecemos hoje passou por processos complexos atrelados ao período histórico associado e a atividade economia vigente, por exemplo, no século XIX, calcada na Revolução Industrial, a estruturação dos espaços urbanos estava vinculada aos ofícios da maquinaria, ou seja, da cidade construir-se ao redor de uma propriedade industrial, para abrigar os operários da fábrica, ou de uma mina de carvão, culminando em cidades-operárias e cidades-mineiras (Fontoura, 2015). Tal noção abrange os demais contextos históricos, como cidades-medievais, relacionadas às tarefas campesinas, a classe social e realidade material predominante ditam os aspectos hegemônicos da cidade. A infraestrutura da cidade contemporânea referencia-se no capital e nos interesses sociais, políticos e culturais da burguesia capitalista (Fortuna, 2015). Elenco que a cidade detém uma condição política e social, seja nos fundamentos de sua construção urbana ou na dimensão que impacta na vida social de seus cidadãos em consequência das transformações vertiginosas oriundas da globalização das últimas décadas atreladas ao capitalismo.

Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes; a cidade medieval, por sua vez, apresentava uma organização espacial influenciada pelas guildas, às corporações dos diversos artesãos. Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente (Corrêa, 1989, p. 95).

Os professores de geografia do estado da Bahia, Alan Santos e Jorman dos Santos enfatizam que não devemos delimitar a cidade a partir do modo de produção da mais-valia, característica fundamental para o sistema econômico capitalista, pois, a concepção de cidade, como desenvolvido por Carlos Fontoura, é anterior aos princípios doutrinários do capital. No entanto, o estilo de vida perpetuado é obra da burguesia capitalista, visto que, associa-se ao modo produtivista capitalista, contemplando a espacialização urbana (Santos A; Santo J, 2020). A construção urbana da sociedade brasileira é um caso complexo devido ao passado colonialista e escravocrata, preceitos elementares para a constituição nacional do Brasil, tendo em vista que muitos dos elementos e figuras históricas encontram-se associados na atual conjuntura social, cultural e política, como monumentos aos Bandeirantes, Bento Gonçalves e Borba Gato etc, todos exaltados como desbravadores das delimitações fronteiriças e heróis nacionais. “É nas cidades que tudo de mais avançado e moderno produzido dentro do modo de produção capitalista se apresenta, como também os aspectos mais nocivos da reprodução do capital ganharam terreno para se fazerem presentes” (Santos, A; Santos, J, 2020, p.184).

Deste modo, as estruturas econômicas e sociais capitalistas não permitem o direito de usufruir dos serviços de lazer, patrimoniais, educacionais e demais comodidades oferecidas pela cidade. Estes aspectos segregacionistas foram incorporados numa lógica do acesso da cidade, enquanto cidadãos, restritos para determinados sujeitos e de certas classes sociais, o espaço urbano caracterizado como reprodutor do capital, metodologicamente para a obtenção de lucros.

No capítulo *Cidade e Urbanidade* do livro *Plural da Cidade: Novos Léxicos Urbanos*, Carlos Fontoura apresenta a contribuição de Henri Lefebvre para o debate da interpretação e construção da cidade, desenvolvendo um posicionamento de uma relação de singelo afeto envolta de uma peculiaridade quando transitamos pelo espaço urbano. Lefebvre descreve sua interpretação alicerçado no ponto de vista da variedade vital da cidade, o que ele conceitua como “ritmanálise”, uma visão mais afetuosa da cidade apoiada na vida cotidiana, nos sons reproduzidos e da vida urbana, seja pelos sons dos passos dos transeuntes, dos veículos em constante movimento de vai e vem, da atividade noturna em casas de festas e eventos, etc.

Esta “música da cidade”, na linguagem de Lefebvre, mobiliza as várias expressões sensíveis da vida pública e confere sentido à variedade de sons, cores e odores, de ritmos e cadências quotidianas de pessoas e grupos em ruas singulares, apinhadas e buliçosas umas, desertas e silenciadas outras, umas com histórias e memórias densas, outras sem elas (idem) (Fontoura, 2015, p. 88).

Esta metáfora/análise sinaliza certos conflitos sobre interpretação de determinadas localidades na construção do espaço público, visto que os indivíduos podem ter leituras discrepantes sobre o mesmo lugar, estruturando uma disputa de poder e de memória entre os cidadãos e o poder público. Neste contexto, entra-se a retratação em mármore de personagens históricas alinhadas politicamente ao governo ou na elaboração de uma narrativa tradicionalista corroborativa bairrista ou de ampla magnitude nacional.

A “ritmanálise” permite distinguir entre o que é cíclico e repetitivo, entre o movimento e o fluxo, entre o que é linear ou singular/único no quotidiano das pessoas na cidade, e entender como uns e outros se entrelaçam. O trajecto casa-trabalho-casa, sendo cíclico e repetitivo (quase mecânico), pode ser singular e diferenciado a cada dia, em função do modo como organizamos os nossos ritmos: com quem nos encontramos, que lugares frequentamos, que experiências sensoriais experimentamos, onde decidimos “parar” e fazer um “intervalo” nesse trajecto (Fontoura, 2015, p. 89).

Essa rotina do trabalhador imerso no sistema capitalista, de casa-trabalho-trabalho-casa consome a vida do sujeito e limita-o a uma percepção material da realidade, a materialidade capital, de engrenagem, de uma utilidade enquanto proletário para seu patrão burguês. Por fim, alienada, a cidade torna-se um mero obstáculo do indivíduo de sua casa ao seu emprego, um corredor sem vida, vedada a percepção de elementos culturais-artísticos e das memórias históricas alicerçadas nas ruelas, de instituições públicas de ensino e patrimoniais, para usufruto do espaço urbano e da interatividade social, sendo um contraponto da hegemonia urbana (Fontoura, Carlos. p. 91).

A tal ponto, poderia dizer-se, que a atitude crítica da sociologia das cidades passará por revelar estas outras “cidades normais”, do mesmo modo que reclama pela valorização da reflexão sobre os espaços urbanos em retracção ou subalternizados, como são as paisagens históricas monumentais, os espaços decadentes e em ruína, os bairros, as zonas marginais e os vazios urbanos e a generalidade das paisagens (sub)urbanas do que se convencionou chamar a “não-cidade”(Fontoura, 2015, p. 94).

Além dos Muros da Sala de Aula

Historicamente a sociedade legou o senso comum do ambiente escolar, sobretudo a sala de aula como detentor do conhecimento universal, embora seja um espaço pedagógico

multidisciplinar, estimulador de pensamento crítico e amadurecimento das habilidades físicas e artísticas dos estudantes. As quatro paredes que permeiam o espaço escolar não correspondem a este consenso. Fora das instituições de ensino públicas e privadas, existe uma gama diversificada de sabedoria, que são apresentados aos estudantes por meio das saídas de campo, uma metodologia para trabalhar de forma diferente de se relacionar com os conteúdos vistos em sala de aula. Dado que o ensino tradicional tem uma série de críticas a respeito da monotonia e da abordagem de ensino, este trabalho tem por objetivo apresentar outros métodos para impulsionar a curiosidade de crianças e adolescentes e a se relacionarem o espaço em que vivem, neste caso a cidade, espaço que abriga instituições patrimoniais, acervos históricos, bibliotecas, museus e patrimônios à céu aberto.

Nas últimas décadas, com o crescimento da tecnologia, a profissão de educador viu-se aflita com uma série de questionamentos, como enfrentar uma nova geração de jovens cada vez mais dependentes de seus aparelhos smartphones e de softwares de Inteligência Artificial para efetuar suas tarefas de casa. Além da Pandemia Covid-19, com os discentes enclausurados em suas residências e a dificuldade de levar o ensino para dentro da residência desses jovens, mas sobretudo fazê-los permanecer sentados por quarenta e cinco minutos em sala de aula, ademais, com docentes não se importando com a situação individual e coletiva de seus alunos, em inovar e aperfeiçoar o procedimento das aulas. A saída/aula de campo oferece fértil base pedagógica para o desenvolvimento estudantil, por trabalhar uma pluralidade disciplinar e envolver o contato entre estudante e o patrimônio cultural e histórico trabalhado.

Com uma discussão que envolva conceitos fundamentais, como o espaço vivido da comunidade escolar, os alunos se tornam capazes de entender seu cotidiano de forma mais crítica e reflexiva. A visão do local clareia as diferenças, fazendo com que se percebam as desigualdades (Cioccarì, 2013, p. 33).

É de fundamental importância que se trabalhe com as crianças e adolescentes a concepção de pensar a instituição de ensino fora dos muros, abra-se a visão de mundo dos estudantes sobre a sociedade que os rodeia, desenvolvendo a capacidade crítica analítica dos jovens, interpretando fatos históricos a partir dos patrimônios, superando a percepção de edifícios antigos e bonitos, de se reconhecerem enquanto agentes da história, distinguindo passado e presente, para a construção de cidadãos críticos no futuro. Nestor Canclini enfatiza a concepção de patrimônio a partir das vivências, discursos e costumes relacionados ao imaterial, desta maneira conservando o legado da memória, além de sustentar a identidade do

coletivo (Canclini, 1994).

A presente interdisciplinaridade na saída de campo está atrelada ao escopo da experiência humana em compartilhar o saber, pois, cada indivíduo carrega consigo um leque de conhecimentos adquiridos ao longo da jornada da vida e da vivência em sala de aula. Estes saberes só fazem sentido a partir da partilha com o próximo, desenvolvendo novas informações. Nesta circunstância, as memórias dos objetos patrimoniais (Santos, A; Santos, J, 2020).

A observação do espaço urbano a partir da aula de campo enriquece o trabalho dos professores e alunos envolvidos, permitindo análises coletivas frente a uma mesma realidade. A proposta da aula de campo qualquer que seja seu foco deve possibilitar uma maior interação do aluno com seu objeto de estudo, assim, a validade das observações e inferências por eles realizadas, soma-se as estratégias utilizadas pelos professores, facilitando a assimilação dos conteúdos (Santos, A; Santos, J, 2020, p.188).

A Campanha da Legalidade

No ano de 1961, o cenário internacional era assombrado pelo auge da Guerra Fria, período assim intitulado devido à disputa política ideológica entre as superpotências Estados Unidos da América, representando o bloco capitalista, e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de caráter socialista/comunista. Dois anos antes, iniciava a Revolução Cubana, encabeçada por Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara, destituindo o ditador Fulgencio Batista da ilha de Cuba e retirando uma possível estrela na bandeira estadunidense. Consolidada a vitória dos revolucionários, posicionam-se simpatizantes do bloco soviético, com ambas lideranças declarando serem marxistas-leninistas, se opondo ao imperialismo propagado pelos Estados Unidos no Terceiro Mundo (Konrad; Lameira, 2011).

Neste contexto de tensão mundial, o então presidente da república do Brasil, Jânio Quadros renuncia à presidência. Pela constituição João Goulart seu vice-presidente deveria assumir a cadeira vaga, no entanto, encontrava-se em uma viagem ao oriente, ocasionando uma instabilidade política governamental. Dada a brecha, setores reacionários das Forças Armadas decidiram articular um golpe de Estado, alegando que os ideais progressistas de Goulart eram demasiado radicais para a democracia brasileira, como a Reforma Agrária e demais reformas de base, sob o pretexto de uma possível revolução comunista.

A política ambígua de Jânio tornou sua situação muito delicada. A saída pretendida não obteve êxito. Sua renúncia foi aceita com facilidade. Saindo do Brasil, declarou “[...] um dia voltarei como Getúlio”. As forças reacionárias haviam se irritado ainda mais com os avanços de Cuba e com a política independente de Quadros. Os ataques aumentavam e seriam

destinados especialmente a todos os setores nacionalistas, progressistas e socialistas. Quando Jânio Quadros renunciou, em agosto de 1961, por exemplo, uma das grandes justificativas dos ministros militares para impedir a sua posse foi o fato de João Goulart promover a agitação nos meios operários, ser vinculado aos comunistas e ser simpático aos países socialistas (Konrad; Lameira, 2011).

O então Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola articula um movimento para empossar o vice-presidente, João Goulart, no que ficou conhecido como Campanha da Legalidade. Brizola desenvolveu um aparato de resistência em todo estado para garantir a chegada em segurança e a posse de Goulart. Tal atitude recebeu amplo apoio das camadas populares e demais setores da sociedade gaúcha, além de contar com a improvável adesão ao movimento de resistência do General Machado Lopes, comandante do III Exército, maior companhia militar nacional, contrariando o principal organizador da tentativa de golpe, Odílio Denys. A partir do suporte da Brigada Militar e do III Exército, foram distribuídas armas para os civis e construídas vigilâncias pelas ruas de Porto Alegre. O Palácio Piratini e a Praça da Matriz, sede do poder estadual, tornaram-se um verdadeiro bunker de guerra, com a implementação de interpostos militares e metralhadoras calibre .50 nos prédios. Nas dependências subterrâneas do Palácio, Brizola organizou a Rádio da Legalidade, único meio de comunicação de resistência e de informação sobre o ocorrido em primeira instância, visto que os demais meios de comunicação foram censurados pelos ministros militares. Apesar de João Goulart ter sido empossado em setembro de 1961, garantindo êxito ao Movimento da Legalidade de Brizola, a resposta do setor conservador político veio com a aprovação do Congresso Nacional da Emenda Parlamentarista, diminuindo os poderes legislativos da presidência da república.

A partir da percepção destes fatos sobre a Campanha da Legalidade, as crianças, adolescentes e cidadãos da capital dos gaúchos podem ter uma compreensão mais apurada das memórias históricas da cidade de Porto Alegre, inclusive dos patrimônios relacionados, como os prédios públicos e administrativos sediados na Praça da Matriz, além da mediação sobre a Legalidade nas dependências do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. Ademais, o Palácio Piratini, centro das atividades legalistas de Brizola, também conta com uma série de compromissos patrimoniais que se aprofundam na resistência de 1961. Deste modo, a memória da legalidade, defensor dos pilares da democracia constitucional brasileira deixado pelo ex-governador Leonel de Moura Brizola foram homenageados em 2014, durante o governo do Tarso Genro (Partido dos Trabalhadores), e encontra-se fixada junto ao Palácio Piratini, sede do governo do estado do Rio Grande do Sul. A estatuária representa os valores

democráticos do Rio Grande do Sul, estes que são frequentemente atacados por setores conservadores e tradicionalistas gaúchos e inoportunamente associados a todos os cidadãos do estado, ou seja, o monumento exerce a função da quebra de paradigmas sociais e culturais. Portanto deve ser reconhecido como patrimônio histórico-cultural porto-alegrense e sul-riograndense, além da imaterialidade patrimonial histórica da Campanha da Legalidade para a historiografia do Estado do Rio Grande do Sul, patrono da constitucionalidade. Esses patrimônios são belos exemplos pedagógicos para se trabalhar com os estudantes do Ensino Médio fora dos muros das salas de aula, explorando a potencialidade multidisciplinar das saídas de campo para a cidade e nas instituições de ensino e patrimoniais espalhadas pela cidade de Porto Alegre. Para além da construção de pertencimento dos estudantes com a cidade, uma desconstrução do ciclo repetitivo proporcionado pelo sistema capitalista e de compreender as memórias históricas alicerçadas nas ruas, edifícios e patrimônios da cidade, expandir a visão dos estudantes para além do ensino tradicional da sala de aula.

A cidade de Porto Alegre permeada pela Ditadura Civil Militar

Ainda que o movimento de resistência de Leonel Brizola tenha assegurado a posse de João Goulart em setembro de 1961, a crescente insatisfação da burguesia e de setores das Forças Armadas com as reformas de base propostas por Jango, principalmente a Reforma Agrária, a qual revolta o setor latifundiário, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul, de predominância econômica agricultora extensiva. A instabilidade política culmina na associação da Campanha da Legalidade e das figuras de Brizola e Goulart como conspiradores comunistas, disseminação propagada pela Igreja Católica, de ameaça aos valores democráticos cristãos (Konrad; Lameira, 2011). Em 31 de março de 1964, três anos após a Legalidade, João Goulart foi deposto da cadeira presidencial em virtude de um Golpe de Estado pelas Forças Armadas, dando início a Ditadura Civil Militar, um regime militar que permaneceria cerca de 21 anos na administração política nacional.

De acordo com o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) constam mais de 230 edificações e aparelhos de atentados contra os Direitos Humanos em todo território nacional, isto é, de localidades institucionais utilizadas pela repressão militar para práticas de torturas, assassinatos e de cemitérios clandestinos, segundo dados oficiais, fora os espaços nunca revelados por relatos/confissões ou de constarem em documentos, se constavam, foram eliminados pelos militares. No Rio Grande do Sul, foram contabilizados cerca de 39 espaços de repressão, com 18 apenas em Porto Alegre (Comissão Nacional da Verdade, 2011), segundo os estudos de Anita Natividade Carneiro para a obtenção do

Mestrado e da confecção do mapeamento destes espaços.

Por fim, o mapa físico, que originou a proposta do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, desenvolvido pelo gabinete do vereador Alberto Kopittke (Partido dos Trabalhadores) em 2014, levantou 29 lugares em Porto Alegre dividindo nas categorias de: Locais de Tortura, Símbolos do Golpe, Locais de Resistência e Memória da Resistência (Carneiro, 2023, p. 34-35).

Em 2016, consolidados os 52 anos do golpe civil-militar de 1964, Carneiro estrutura o projeto “Caminhos da Ditadura”, entrelaçando a digitalidade tecnológica de informação com o saber pedagógico voltada à Educação Básica de ensino mediante a curadoria de relatos, estudos, teses, reportagens e matérias já existentes para a composição do mapa digital, desenvolvendo artigos para os mais de 200 locais mapeados. Os pontos estão divididos em: repressão, resistência, memória da resistência e memória da repressão, sendo 95 relacionados à repressão, 59 à resistência, 36 à memória e 10 à memória da repressão (Carneiro, 2023).

Anita Carneiro desenvolveu um trabalho de graduação calcado na noção de construção do espaço de memória, nesta ocasião, uma lembrança afligida no trauma, de recordar para nunca mais acontecer, apesar da sensibilidade do tema é primordial que os educadores de História se posicionem e consolidem o ensino como uma advertência, de fundamental importância da memória para além da sala de aula, relacionando o estudante com a cidade e aos locais de memória da Ditadura.

Ilha das Pedras Brancas

Hoje em ruínas, guardando as memórias e as sessões de torturas dos presos políticos, a Ilha das Pedras Brancas, encontra-se preenchida pelo Lago Guaíba, foi uma penitenciária durante o regime militar. O ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, e o político Carlos Araújo, ex-marido de Dilma Rousseff, foram vítimas desta instituição de repressão. A prisão era um ambiente insalubre, permeado por violações dos Direitos Humanos, má alimentação e onde foram ceifadas as vidas de mais de 200 indivíduos. Neste aparato de repressão também se encontra com a narrativa do subtenente Manoel Raimundo Soares, do inquérito do Caso das Mãos Amarradas. O corpo de Soares foi encontrado boiando no rio Jacuí com as mãos amarradas, dando nome ao ocorrido. O subtenente era integrante da Guerrilha do Caparaó, formada por ex-militares que se opuseram ao golpe e estavam associados a Leonel Brizola. Manoel Soares foi preso no Uruguai por um agente infiltrado e levado ao anfiteatro Araújo Viana, que no período ficava na Praça da Matriz, posteriormente para o DOPS e por fim na ilha presidiária, ficando enclausurado por seis meses. Em agosto, Manoel Soares foi torturado

pelo método de afogamento, entretanto os militares perderam o corpo do guerrilheiro na água, sendo encontrado sem vida dez dias depois do episódio. Manoel Raimundo Soares conta com uma homenagem no Parque Marinha, com o memorial construído em 2011, intitulado “Memorial de Pessoas Imprescindíveis”. No parque também consta o “Memorial aos Mortos e Desaparecidos”, uma estrutura de aço com os nomes das pessoas sul-rio-grandenses que foram contrárias ao Golpe de Estado de 64 (Carneiro, 2023).

A Igreja Metropolitana

Sendo um dos principais propagadores do discurso da “ameaça vermelha”, a Igreja Católica ajudou a difundir o anticomunismo na sociedade civil e política brasileira, além de ser um dos articuladores do Golpe de Estado de 1964, e das posições reacionárias do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre Dom Vicente Scherer em defesa do conservadorismo político.

No ano de 1967, os estudantes da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES) articulada ao Movimento Estudantil universitário organizaram-se em prol da ameaça da privatização do ensino público a partir de um acordo com a agenda dos Estados Unidos e do Brasil. Os secundaristas do Colégio Júlio de Castilhos estruturaram uma luta interna contra a direção da instituição pública de ensino, no período a escola era referência na luta estudantil e os diretores das instituições de ensino eram coagidos a delatar possíveis atividades subversivas dos estudantes com risco de possíveis represálias pelos militares a sua integridade física e familiar. Ficou acordado em uma Assembleia Geral dos estudantes moverem o Grêmio Estudantil para fora dos muros da escola. Assim, os secundaristas construíram uma marcha pelo Centro Histórico de Porto Alegre, com a participação de 800 estudantes até o momento da entrega de um abaixo-assinado protestando contra a privatização da Educação. Após os protestos em frente ao Consulado Estadunidense, a marcha se dirigiu para a Praça da Matriz, nesta circunstância, contando com mais de dois mil protestantes, no coração da administração pública governamental, os estudantes foram cercados por policiais da Brigada Militar. Sendo sufocados a refugiaram-se na Catedral da Matriz, sem ter para onde fugir, os estudantes foram espancados pelos agentes de segurança pública nas dependências do local que é considerado sagrado pela fé cristã, os manifestantes foram presos e fichados pelo Departamento de Ordem Política Social (DOPS), resultando no encerramento das atividades do movimento estudantil secundarista (Sul 21, 2015).

Memórias da Repressão

A partir da queda do regime ditatorial nazista de Adolf Hitler pelas forças do Exército Vermelho, o qual conquistou o coração administrativo de Berlim – o Palácio do Reichstag – e libertou milhares de almas dos campos de concentração e extermínio na região da Polônia, isto é, do Terrorismo de Estado, e de uma política de perseguição e aniquilamento de opositores políticos perpetuada por agentes públicos. Com o final da Segunda Guerra Mundial construiu-se um amplo debate acerca da preservação dos espaços considerados de memórias difíceis, relacionados aos horrores do conflito, como por exemplo o campo de concentração de Auschwitz e a região central da cidade polaca de Varsóvia, localidades estas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como áreas de aprisionamento, trabalho compulsório e supressão de grupos delimitados opositores sob a ótica nazista (Neves, 2020). Ainda no capítulo introdutório do artigo *Patrimônio da Ditadura*, o qual está inserido na obra *Dicionário Temático de Patrimônio - Debates Contemporâneos*, Neves (2020) elabora o reconhecimento inédito desses espaços precursores para o desenvolvimento conceitual de patrimônio cultural.

No Brasil, o debate acerca do conceito de *patrimônios difíceis* surge ao final da década de 1980, período de gradual processo de abertura política, ou seja, encerramento do período ditatorial. Esse debate segue até hoje no contexto de uma sociedade dita democrática, porém com políticos exaltando o Golpe Militar de 1964 e seus torturadores, ignorando o cenário que entregou socialmente e economicamente a nação às ruínas. Nessa linha, a conceitualização de patrimônio cultural foi concebido como um espaço de resistência e reparação para as mazelas executadas pelos militares desde 1964 (Neves, 2020). De acordo com Cristina Meneguello e Daniela Pistorello *patrimônios difíceis* compreendem-se como:

Os patrimônios difíceis – também conhecidos como patrimônios sombrios, dissonantes, marginais ou da dor – remetem a locais associados ao sofrimento, à exceção, encarceramento, segregação, punição e morte (LOGAN e REEVES, 2009). Tais patrimônios podem reunir a função de memorial ou de local de peregrinação com a finalidade de rememoração coletiva e de reconhecimento de direitos e de reparação. Na forma de memoriais espontâneos, monumentos oficiais ou museus memoriais, esses lugares que se referem ao “passado que não passa” adquirem uma função de educação pública ou revitalização urbana (Meneguello; Pistorello, 2021, p. 4).

O termo *patrimônios difíceis* está diretamente relacionado ao conceito de turismo sombrio, como por exemplo mais de um milhão de sujeitos visitam anualmente o campo de Auschwitz e cerca de 200 mil visitam a casa de Anne Frank na Holanda (Meneguello;

Pistorello, 2021). A existência e não destruição dessas localidades conferem veracidade as políticas de perseguição e aniquilação a determinados grupos por parte do Estado, ainda em casos da carência de políticas reparatórias ou ineficientes por parte da administração pública, o patrimônio ampara a rememoração dos fatos e sustenta a memória vivida das vítimas. Pedagogicamente e historicamente os patrimônios difíceis auxiliam na não deturpação dos crimes/eventos ocorridos, servindo diretamente de combate ao negacionismo à grupos e indivíduos que buscam elaborar falsas narrativas, deturpando e justificando tais eventualidades.

Nos países do Cone Sul que enfrentaram ditaduras militares recentes, os esforços de ressignificação dos espaços a partir das narrativas das vítimas e do questionamento das histórias oficiais, profícuos nas últimas décadas, vêm também experimentando retrocessos e questionamentos por parte de grupos organizados e com condições econômicas para criar guerras de narrativa, em especial nas redes sociais (Meneguello; Pistorello, 2021, p. 6).

Cristina Meneguello e Daniela Pistorello (2021) desenvolvem que a conceitualização de patrimônios difíceis não se atribui a sua lastimável recordação, e sim por consequência do incerto reconhecimento e institucionalização dentro da diversificada camada social. Ainda, os profissionais da educação do campo histórico necessitam combater os discursos de senso-comum e narrativas reacionárias propostas por segmentos políticos e sociais, como dito anteriormente, falsas informações essas que se alastram pelas redes sociais. No cenário nacional, o debate acerca da patrimonialização e tombamento de patrimônios difíceis ainda é cerceado por uma série de discussões acerca de quais devem passar por esses processos. Os considerados patrimônios difíceis possuem também a característica de destacar grupos marginalizados pela sociedade e/ou apagados historicamente, ocasionando um debate sobre esses indivíduos. De acordo com o *Dicionário Temático de Patrimônio - Debates Contemporâneos* (2020) os patrimônios difíceis:

[...] atestam a ocorrência de regimes de exceção promovidos pelo Estado, bem como a atuação de grupos na perseguição e na tentativa de aniquilação de outros - como a recente patrimonialização dos locais de massacres contra os tutsi em Ruanda, África. Ligados às políticas de memória e às leis memoriais, tais patrimônios buscam evitar a ocultação dos fatos e a desacreditação das vítimas, esclarecendo as sociedades sobre seu passado recente (Meneguello, 2020, p. 246).

A respeito da Ditadura Civil-Militar Brasileira, as políticas de reparação e memória instituídas pelo Estado, tais como a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, a recuperação e o sepultamento digno dos militantes e civis brutalmente assassinados no

período, bem como o reconhecimento e o tombamento dos aparelhos de repressão, como centros de tortura e valas clandestinas, configuram algumas das medidas de reparação e justiça voltadas aos familiares das vítimas. Essas ações possibilitam a atribuição de patrimônios sombrios a esses espaços (Meneguello, 2020). A criação de memoriais e museus, relacionados aos patrimônios difíceis, institucionais ou não, cumprem a função de manutenção dos direitos humanos, evidenciando para a atual sociedade a perseguição e destruição de certos segmentos sociais, além da ação pedagógica de memória que esses espaços apresentam.

No ano de 2005, Pedro Funari apresentou o termo *Arqueologia da Repressão e Resistência*, o qual pode ser definido como uma esfera de estudos ramificada da arqueologia para investigar as opressões sofridas por certos grupos sociais no decorrer da história, além de contribuir/trazer a tona narrativas apagadas pelo poder público (Lino; Andrade, 2023). O campo da arqueologia da repressão e resistência caminha em conjunto com o conceito apresentado previamente de patrimônios difíceis, conforme Lino e Andrade (2023) citando Funari (2008):

“[...] surge com a intenção de dar voz aos indivíduos silenciados não somente pelo Estado, mas também pela própria história, estudando a relação entre os atores opositores e os atores reprimidos e as suas formas de resistir perante o poder governamental. Os estudos dessa área se aprofundam em analisar a relação entre a repressão causada pelos colonizadores e as formas de resistência de indígenas e/ou negros no período da colonização; a relação de opressão causada pelos militares e a resistência dos chamados subversivos; dentre outras relações que compõem essas divergências que provocaram muitas violências e que de alguma forma feriram os direitos humanos da sociedade.” (Funari, 2008, *apud* Lino; Andrade, 2023, p. 4).

No contexto do regime ditatorial brasileiro, tal ramo da arqueologia fornece possibilidade para a obtenção de informações e enclausuramentos clandestinos, assassinatos e sequestros por parte dos agentes públicos. A partir da materialidade das edificações é possível presumir os espaços internos da construção, como as regiões que se encontravam as celas de aprisionamento, as salas de tortura, refeitório e demais localidades que auxiliem na análise memorial da construção. Desse modo, é possível relacionar as narrativas das vítimas com a espacialidade do local (Lino; Andrade, 2023).

Em 2014, Rita Poloni lança o artigo *Arqueologia da Repressão e da Resistência: As Contribuições da Ciência na Justiça de Transição e na Sociedade Democrática*, pesquisa qual discorre acerca das primeiras investigações de desaparecidos e violações dos direitos humanos sobre o período ditatorial ainda no ano de 1979. As primeiras investigações de valas

clandestinas vieram por parte dos familiares das vítimas, a partir do estabelecimento da *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia*, com a entrega de um relatório completo dos desaparecidos à *Comissão Mista Sobre a Anistia*. No ano de 1981, parentes de guerrilheiros que desapareceram na região do Araguaia demandaram que o Estado Brasileiro esclarecesse as condições relacionadas às suas mortes. Uma década depois, em 1991, esses familiares, agindo por conta própria, financiaram escavações no Cemitério de Xambioá (TO), o que levou à descoberta e posterior identificação dos restos mortais de Maria Lúcia Petit da Silva (1991) e de Bergson Gurjão Farias (1996). Na mesma década, especificamente em 1990, a abertura de uma vala no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo, expôs dezenas de corpos, muitos deles de desaparecidos políticos. Em 1991, outra vala comum foi descoberta no estado do Rio de Janeiro, novamente revelando dezenas de corpos e, possivelmente, mais desaparecidos políticos. Nesse sentido, nas investigações descritas acima e nas demais houve a presença de arqueólogos na busca pelas ossadas. No entanto, ações como essas encontram-se em difícil progresso e ampliação de pesquisas semelhantes em detrimento de vítimas e/ou familiares entrarem em conflito com seus algozes, como afirma Poloni:

Uma clara razão para essa dificuldade está na contemporaneidade dos fatos investigados levando a que envolvidos diretos ou indiretos nos fatos ocorridos estejam em conflito com vítimas ou familiares, levando a que, muitas vezes, fatos sejam ocultados e ações sejam impedidas ou dificultadas (Poloni, 2014, p. 252).

Dessa maneira, o campo da Arqueologia da Repressão e Resistência auxilia narrativamente na apuração da veracidade dos sucedidos, utilizando-se da materialidade da análise cultural humana para a compreensão de contextos de repressão e resistência em regimes autoritários. Ademais, o resgate dos vestígios dos desaparecidos é uma das únicas formas de se recuperar trechos da história de grupos, indivíduos e espaços que foram marginalizados pela administração pública e apagados da história nacional. Ações englobadas nos conceitos de patrimônios difíceis e arqueologia da repressão e resistência foram adotadas na cidade de Porto Alegre, a mais notória sendo a identificação dos aparelhos de repressão considerados patrimônios difíceis, uma ação política fundamental para romper com o paradigma que a Ditadura Civil-Militar limitou-se ao polo São Paulo-Rio de Janeiro.

No período de 2012-2016, a Prefeitura de Porto Alegre, em parceria com a ONG Movimento de Justiça e Direitos Humanos, catalogou os aparelhos de repressão e de práticas de torturas na capital gaúcha. Foram confeccionadas estruturas de mármore sinalizando os

espaços construídos para prender, torturar e assassinar pessoas que se opuseram ao regime militar.

Dopinha (R. Santo Antônio, 600); Praça Raul Pilla (Quartel da 6ª Companhia de Polícia do Exército); Colégio Estadual Paulo da Gama (serviu como prisão); Palácio da Polícia (DOPS); Fundação de Atendimento Socioeducativo (serviu como prisão); Quartel do 18º Regimento de Infantaria (Av. Bento Gonçalves, 4592); Presídio Central; Presídio Feminino Madre Pelletier; e, Cais da Vila Assunção (Av. Guaíba, 154) (Carneiro, 2023, p. 40).

Embora a monumentalização desses espaços contribua para a historiografia da memória, dando voz às vítimas do regime, respaldo na luta armada de resistência, visibilidade aos patrimônios de repressão, as obras encontram-se depredadas. É relativamente comum as placas serem obstruídas ou depredadas pelos atuais órgãos de segurança pública, ainda pela própria instituição onde a sinalização está abrigada, como, por exemplo, no Palácio da Polícia as viaturas ou materiais de construção serem alocados em cima da placa. Com a ascensão da extrema-direita na última década o passado ditatorial tornou-se banal ou a um passado que não representa os atuais valores democráticos, que são constantemente ameaçados, pois os cidadãos que transitam pela cidade não enxergam a importância destes patrimônios citados ou foram fisgados pelo discurso anticomunista, tendo uma visão deturpada da ciência histórica. A potencialidade para além da sala de aula no ensino de História deve ser explorada pelos professores, buscando fazer parceria com o projeto de Caminhos da Ditadura ou demais propostas para formar estudantes críticos e a posteriori cidadãos seguros de seus direitos políticos e civis, tendo acesso às memórias da rua da cidade de Porto Alegre, seja na Campanha da Legalidade ou da Ditadura Civil Militar e demais contextos históricos do passado.

Considerações Finais

O ensino de História encontra-se além da materialidade espacial da sala de aula, a cidade é um campo de disputa política, dentro da qual memórias e legados devem ser representados no espaço urbano e patrimonializados, obras que devem ser apresentadas aos estudantes do Ensino Básico, de uma nova alternativa pedagógica diferente do ensino tradicional, de visualizar a potencialidade educacional da cidade por meio das saídas de campo. A memória associada ao trauma, ao horror do regime ditatorial iniciado em 1964 aborda feridas ainda abertas na sociedade, das vítimas, dos assassinatos, aparelhos e documentos nunca descobertos pela Comissão da Verdade, são as figuras dos generais-

presidentes e militares que a cidade de Porto Alegre procura exaltar/retratar nas praças públicas, dissociando o passado ditatorial do presente democrático, conquistado apenas 60 anos depois e constantemente ameaçado pelos mesmos setores reacionários.

A experiência do Estágio Patrimonial na graduação de História na UFRGS me proporcionou investigar a representação patrimonial de certas obras da capital do Rio Grande do Sul, neste caso, da Campanha da Legalidade e da Ditadura Empresarial Militar, em contraponto ao ensino tradicional e da convivência do transeunte com o espaço público e os patrimônios associados. Enquanto educadores é de fundamental relevância apresentar esses espaços para os nossos futuros estudantes, de se relacionarem com a cidade em que vivem ou transitam, para compreender as memórias da cidade, e de estabelecer parcerias com projetos semelhantes ao Caminhos da Ditadura, expandindo o leque de possibilidades pedagógicas com as instituições de ensino público e privadas. A escolha para o desenvolvimento deste artigo envolve afinidade pessoal com o tema do regime militar de 64, ocasionando futuramente, no provável projeto de Trabalho de Conclusão de Curso desse estudante de História.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.
- CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 23, p. 94-115, 1994.
- CARNEIRO, Anita Natividade. **Caminhos da ditadura em Porto Alegre**: educação em direitos humanos a partir dos lugares de memória em uma cidade educadora (Porto Alegre/RS). 2023. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- _____. **Caminhos da ditadura em Porto Alegre**: ensino de história através da tecnologia digital. 2018. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- CIOCCARI, Carmen Candida. **Ensino de geografia e o trabalho de campo**: construindo possibilidades de ensino e aprendizagem sobre o espaço urbano e rural em Júlio de Castilhos, RS. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências, RS, 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- FORTUNA, Carlos. Cidade e Urbanidade. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Almedina, 2009, p. 83-97.
- KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**. Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, 2012.

LINO, Beatriz Damasceno Baltazar; Andrade, Marcela Nogueira de. Arqueologia da repressão e da resistência: materialidades e memórias da Casa das Onze Janelas no contexto da Ditadura Militar em Belém/PA. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 18, p. 1-19.

MENEGUELLO, Cristina; PISTORELLO, Daniela. Patrimônios difíceis e ensino de história: uma complexa interação. **Revista História Hoje**. São Paulo, v. 10, n. 19, p. 4-11.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios Difíceis (sombrios). *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Editora da Unicamp, 2009, p. 245-248.

NEVES, Deborah Regina Leal. Patrimônios da Ditadura. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Editora da Unicamp, 2009, p. 155-157.

POLONI, Rita Juliana Soares. Arqueologia da repressão e da resistência: as contribuições da ciência e na justiça de transição e na sociedade democrática. **Projeto História**. São Paulo, v. 50, p. 247-273, 2014.

SANTOS, Jorman dos; SANTOS, Alan Azevedo Pereira dos. Compreendendo a cidade a partir da aula de campo: relato de experiência em Itabuna-BA. **Revista Geografar. Curitiba**, v. 15, n. 1, p. 180-194, 2020.

SUL 21. Conheça 4 locais de Porto Alegre por onde a Ditadura passou e quase ninguém sabe. Porto Alegre, 9 de agosto de 2015. Geral. Disponível: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2015/08/conheca-5-locais-de-porto-alegre-por-onde-a-ditadura-passou-e-quase-ninguem-sabe/>>. Acesso em: 07 fev. 2025.

VEDANA, Angélica. O patrimônio como instrumento de defesa de Direitos Humanos: a memória da ditadura civil-militar brasileira na Câmara Municipal de Porto Alegre. **Canoa do Tempo**. Manaus, v. 15, p. 1-22, 2023.